

# Caos, destruição e tentativa de golpe; instituições reagem

Lula decreta intervenção depois de radicais bolsonaristas terem invadido e depredado Palácio do Planalto, Congresso e STF



Vândalos chegaram a tomar conta de alguns prédios públicos por algum momento, como o parlamento, em ação orquestrada na Esplanada dos Ministérios

Após cenas de destruição na Capital do país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem à tarde a intervenção federal na área de segurança pública do Distrito Federal. A medida tem o objetivo de conter a ação de invasores que tomaram as sedes dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e tem validade até 31 de janeiro.

A intervenção será conduzida pelo secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Garcia Cappelli, que ficará submetido diretamente ao presidente da República, sem se subordinar às regras distritais. Cappelli, segundo o decreto, terá autoridade para requisitar todos os recursos do Distrito Federal para o cumprimento dos objetivos da missão.

A despeito de relatórios de inteligência terem indicado que ao menos cem ônibus com 3,9 mil pessoas haviam chegado a Brasília no sábado, a mobilização policial foi deficiente. As cenas de invasão registradas em prédios públicos por extremistas já vinham sendo anunciadas em grupos bolsonaristas nos últimos dias.

– Quem tem que fazer a segurança do DF é a polícia do DF, que

não fez. Por incompetência e má-fé das pessoas que cuidam da segurança do DF – afirmou Lula, que estava em Araraquara, no interior de São Paulo, onde realizava visita para verificar estragos e transtornos causados pelo excesso de chuva na região na semana passada.

Lula classificou de “barbárie” o que aconteceu em Brasília. O presidente afirmou que haverá apuração e identificação de todos os envolvidos nas depredações dos prédios públicos assim como os financiadores.

– E vocês sabem que existem vários discursos do ex-presidente (Jair Bolsonaro) estimulando isso. E isso também é responsabilidade dele – criticou.

Bolsonaro está em Orlando, nos EUA, para onde viajou em 30 de dezembro, dois dias antes do fim de seu mandato. À noite, o ex-presidente disse, por meio de rede social, que “manifestações pacíficas, na forma da lei, fazem parte da democracia. Contudo, depredações e invasões de prédios públicos como ocorridos no dia de hoje, assim como os praticados pela esquerda

em 2013 e 2017, fogem à regra”.

Na noite de sábado, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que havia assinado portaria que autorizava a atuação da Força Nacional em Brasília diante de “ameaças veiculadas contra a democracia”. Segundo ele, a unidade iria auxiliar as forças federais de segurança que já atuam na capital do país.

Em meio às invasões, o governador do DF, Ibaneis Rocha, determinou a mobilização da força policial e a exoneração do secretário de Segurança Pública, Anderson Torres. Ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, Torres se encontrava na Flórida. A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu a prisão de Torres (*leia mais na página 7*).

Até as 22h, mais de 300 radicais haviam sido presos pela Polícia Civil do DF. Lula voltou à noite à capital e avaliou os estragos.

Em rede social, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), repudiou os atos antidemocráticos e pediu o “rigor da lei”. Ele convocou sessão extraordinária do Congresso Nacional “durante

o prazo necessário” para votar a intervenção federal no Distrito Federal decretada por Lula.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que os responsáveis por promover e acobertar os ataques à democracia devem ser identificados e punidos. “A democracia pressupõe alternância de poder, divergências de pontos de vista, mas não admite as cenas deprimentes que o Brasil é surpreendido nesse momento. Agiremos com rigor para preservar a liberdade, a democracia e o respeito à Constituição”, escreveu Lira.

## Baderna

Ele disse também que o Congresso jamais negou voz a quem quisesse se manifestar pacificamente, mas nunca dará espaço para a baderna, a destruição e o vandalismo.

Já a presidente do STF, ministra Rosa Weber, afirmou que a “Suprema Corte não se deixará intimidar por atos criminosos e de delinquentes infensos ao Estado democrático de direito”.

Além das manifestações individuais, a cúpula do Poder Judiciá-

rio divulgou nota conjunta dizendo que seguirá firme no papel de garantir os direitos fundamentais e o Estado democrático de direito, assegurando o “império da lei” e a “responsabilização integral” dos que atentam contra esse sistema.

Além de Rosa Weber, a nota é assinada pelos presidentes do Tribunal Superior Eleitoral (Alexandre de Moraes, também ministro do STF), do Superior Tribunal de Justiça (Maria Thereza de Assis Moura), do Tribunal Superior do Trabalho (Lelio Bentes Corrêa) e do Superior Tribunal Militar (Lúcio Mário de Barros Goés).

Diversos chefes de governo e de Estado prestaram solidariedade ao governo brasileiro. Entre eles, o presidente da França, Emmanuel Macron, que pediu “respeito às instituições democráticas” no Brasil e destacou o “apoio inabalável” de seu país a Lula. O governo dos EUA condenou os ataques e se juntou ao presidente brasileiro. O presidente americano, Joe Biden, classificou as invasões de “ultra-jantes”. Outros governos que manifestaram apoio a Lula foram Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Argentina, entre outros.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Ataque à democracia **Página:** 6